

VI Colóquio Internacional

“Educação e Contemporaneidade”



**São Cristovão-SE/Brasil
20 a 22 de setembro de 2012**

**O MODELO EUROPEU DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DEFINIDO PELO
PROCESSO DE BOLONHA E SEUS REFLEXOS NA
REESTRUTURAÇÃO DA UFBA**

Autor: Cláudia Regina Muniz Barreto¹

Coautor: José Sacchetta Ramos Mendes²

Eixo Temático: 13. Ensino Superior no Brasil

Resumo: O presente artigo circunscrever-se-á ao modelo do sistema superior de educação europeu definido pelo Processo de Bolonha e seus possíveis reflexos no que tange a reestruturação da arquitetura curricular na Universidade Federal da Bahia. Baseado na análise da literatura documental produzida sobre a temática, tanto em nível nacional como internacional, foram abordados os seguintes tópicos: a busca de um modelo comum europeu de ensino, os seus principais objetivos, a sua implementação na União Europeia e crítica do processo, a reforma do ensino superior brasileiro e a reestruturação da Universidade Federal da Bahia.

Palavras-Chave: Processo de Bolonha, Reestruturação do Ensino Superior, Universidade Nova

Abstract: This article focuses on the model of higher education in Europe as defined by the Bologna Process and looks at its implication for restructuring at the Federal University of Bahia. Based on an analysis of the national and international literature the following topics were covered: the search for a European common educational model, its main objectives, its implementation within the European Union and criticism of the process; the reform of the Brazilian higher education, and the restructuring of the Federal University of Bahia.

Keywords: Bologna Process, Restructuring of Higher Education, Universidade Nova

Introdução

O presente artigo circunscrever-se-á ao modelo do sistema superior de educação europeu definido pelo Processo de Bolonha e seus possíveis reflexos no que tange a reestruturação da arquitetura curricular na Universidade Federal da Bahia. O período de transição para o século XXI foi caracterizado por várias mudanças, dentre elas, a que se refere à educação superior. A globalização - econômica, financeira, acadêmica e cultural - presente no mundo contemporâneo, tem impactado o ensino superior sob vários aspectos: na Europa,

essa fase foi marcada pela criação do Espaço Europeu de Ensino Superior por meio do Processo de Bolonha – a Europa com a função catalisadora do modelo de educação universitária unificada objetivando torná-lo cada vez mais global; já na América Latina, o período foi marcado pela mercantilização da universidade pública e de comoditização do sistema superior de educação privado fomentado pela política neoliberal em ascensão, com a inserção das instituições de ensino superior, cada vez mais, no processo de mercantilização. (LIMA et al. 2008; ROBERTSON, 2009).

Nesta mesma época, nos Estados Unidos é a fase do capitalismo acadêmico – a universidade engajada em atividades associadas ao mercado - que faz parte do seu sistema educacional consolidado por meio da reforma Flexner (1910 – 1920). Neste contexto, as nações querem formar cidadãos mais competitivos e preparados para o futuro.

Com o avanço da globalização, aliado às mudanças ocorridas nos Estados Unidos e na Europa, vários países da América Latina, entre eles o Brasil, foram pressionados a repensar e reestruturar a arquitetura do seu modelo de educação superior por meio de mudanças fomentadas por instituições multilaterais como o Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Organização Mundial do Comércio e Organização das Nações Unidas, que tendem a ver a universidade pública como mercantilista e utilitarista e a particular como *commodities* neste processo de reestruturação do sistema educacional, a fim de atender à demanda da lógica de mercado na qual a educação superior encontra-se inserida, ou seja, a globalização da economia demanda, implicitamente, um ensino superior baseado na competitividade, produtividade e principalmente na inovação.

No Brasil, ao final do primeiro período de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve um processo de investimento nas universidades públicas. A expansão universitária ocorreu por meio da sua interiorização, visando atender às demandas da população e política local. Naquele momento, tratou-se de uma iniciativa governamental, todavia sem respeitar a autonomia das Instituições Federais de Ensino Superior, além de ampliarem os cursos com a contratação de docentes de forma simultânea à implementação dos recursos no processo da expansão universitária. Assim mesmo, em 2004, foram criadas dez universidades federais e 48 campi pelo país.

Todavia, com o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instalou-se uma nova fase de crescimento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) de forma mais democrática, em virtude deste processo ter sido elaborado em parceria tanto

com as instituições públicas de ensino superior envolvidas, quanto com a Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior. Os recursos para investimento material, acadêmico e humano passaram a ser alocados antes da expansão das atividades e vagas. Com esta política de reestruturação e expansão já foram implantadas treze IFES e mais duas estão em processo de criação até o momento.

No continente europeu, o Processo de Bolonha apresenta como objetivo principal a criação do sistema comum de educação baseado na cooperação internacional e no intercâmbio acadêmico estudantil e de capital humano, com o intuito de tornar o sistema de conhecimento europeu mais ágil, atrativo, flexível e global.

Este artigo, portanto, pretende averiguar até que ponto a Universidade Federal da Bahia tomou como referencial as propostas de mudança do sistema superior de educação europeia incluídas no Processo de Bolonha; analisar se esta adequou-se ao modelo europeu alinhando-se às características e objetivos do referido processo ou criou sua própria arquitetura de ensino. Desta forma, este estudo circunscrever-se-á ao modelo de educação superior europeu definido pelo Processo de Bolonha e seus reflexos na reestruturação da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

A busca europeia por um modelo educacional comum: o Processo de Bolonha

No final dos anos 1990, a Declaração de Bolonha³ surge como o esforço conjunto de harmonização e unificação da arquitetura do ensino superior na Europa, de forma a ter os estudos no exterior reconhecidos no país de origem. Em 1998, a Declaração de Bolonha projetou para 2010 o estabelecimento do Espaço Europeu de Educação Superior objetivando alcançar as seguintes metas: melhorar a competitividade e o atrativo internacional do sistema educacional superior europeu; melhorar a empregabilidade dos seus graduados e desenvolver a mobilidade interna e externa dos estudantes e graduados.

A declaração, discutida, pelos Ministros de Educação europeus de 29 países, foi assinada em 19 de junho de 1999 e surge na seqüência das discussões provocadas pela Declaração de Sorbonne, assinada um ano antes, em maio de 1998. Ela representa um compromisso livremente assumido por todos os países signatários de analisar uma reformulação de seus sistemas de educação superior, a fim de criar um sistema convergente na Europa. (Stallivieri, 2004, p. 38)

Desta forma, a Declaração de Bolonha foi um tratado entre ministros de educação que, de início, não obriga as universidades a fazerem parte, todavia lança um prazo para que os países e as instituições que aderiram ao acordo se ajustem ao seu sistema de ensino. Como se

trata de um processo em implantação, este se encontra em avaliação constante a cada dois anos por meio de reuniões multilaterais.

Processo de Bolonha: seus principais objetivos e a implantação no âmbito da União Europeia

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura apontou, em 1995, que a internacionalização universitária, desde que vista como universalização do ensino e pesquisa, é indissociável da relevância e qualidade do ensino superior. Estes aspectos são importantes no processo da internacionalização universitária, sem prejuízo dos objetivos do ensino na área de conhecimento acadêmico. Entretanto, a globalização do ensino e os seus resultados na educação superior implicam a introdução e o aumento de instituições internacionais, a padronização curricular, os sistemas de equivalência de créditos e o programa de educação on-line. Sob esta perspectiva, a globalização do ensino superior tem levado à mudança de alguns aspectos acadêmicos a fim de atender à crescente demanda por profissionais com habilidades internacionais.

A partir deste ponto de vista, a internacionalização está alterando o sistema de ensino superior, assim como a globalização está modificando a internacionalização universitária, pois o estudante deve se preparar para o trabalho numa sociedade globalizada, adquirindo competências pessoais e habilidades profissionais visando à empregabilidade.

Assim, em conformidade com a Declaração de Bolonha (1999), destacavam-se como seus principais objetivos para a implementação do Espaço Europeu de Educação Superior (EEES) até 2010: a) Desenvolver títulos que sejam comparáveis e compreensíveis para os estudantes e os empregadores do mundo inteiro; b) Estabelecer uma estrutura comum de títulos em dois ciclos, sendo o primeiro relevante para o mercado de trabalho; c) Estabelecer um sistema comum de transferência créditos e validação de estudos e d) Desenvolver a mobilidade interna e externa de estudantes, professores e pesquisadores.

A Declaração de Bolonha, em Junho de 1999, definiu um conjunto de etapas e de passos a serem seguidos pelos sistemas de ensino superior europeu no sentido de construir, até ao final de 2010, um EEES globalmente harmonizado. Com o intuito de conseguir implantar as finalidades globais definidas no encontro marco de Sorbonne em 1998, da Declaração de Bolonha precisaria realizar, com sucesso, os objetivos específicos a seguir listados:

- a) Adopção de um **sistema de graus acadêmicos facilmente legível e comparável**, incluindo também a implementação do Suplemento ao Diploma;
- b) Adopção de um sistema assente essencialmente **em dois ciclos**, incluindo:
- um primeiro ciclo, que em Portugal conduz ao grau de licenciado, com um papel relevante para o mercado de trabalho europeu, e com uma duração compreendida entre seis e oito semestres;
 - e um segundo ciclo, que em Portugal conduz ao grau de mestre, com uma duração compreendida entre três e quatro semestres.
 - Estabelecimento e generalização de um **sistema de créditos académicos (ECTS)**, não apenas transferíveis mas também acumuláveis, independentemente da Instituição de Ensino frequentada e do país de localização da mesma;
- d) Promoção da **mobilidade** intra e extra comunitária de estudantes, docentes e investigadores;
- e) Fomento da cooperação europeia em matéria de **garantia de qualidade**;
- f) Incremento da dimensão europeia do ensino superior. (PORTUGAL/DGES, 2011, negrito do original)

O Processo de Bolonha se alinha com a Agenda Lisboa 2000, que ocorreram paralelamente, na qual ficou acordado como objetivo, até 2010, fazer a Europa assumir a criação do espaço econômico mais dinâmico e competitivo do mundo contemporâneo, com base no conhecimento e que pudesse garantir um crescimento econômico sustentável, ampliando e melhorando o acesso à empregabilidade com inclusão social.

Bolonha trata-se, então, de um acordo internacional voluntário e geoestratégico quanto aos critérios de aderência, embora, de início, tenha contado com a adesão de países que não pertencem a União Europeia, tais como Canadá, Estados Unidos e Austrália, presentes na Convenção de Lisboa em 1997 e, conseqüentemente, contribuíram com propostas na construção inicial do Processo de Bolonha. Contudo, face ao interesse de ampliar a inclusão de países não europeus a Bolonha, em especial, a Rússia, em 2003, a Convenção de Lisboa deixou de ser a base para aderência ao Processo de Bolonha, sendo substituída pela Convenção Cultural Europeia do Conselho da Europa.

Recentemente, em 26-27 abril de 2012, ocorreu na România, em Bucareste, a Conferência Ministerial em conexão com o terceiro Fórum de Política de Bolonha. O embate da conferência foi acerca do progresso do EEES em escala global. Nessa Conferência Ministerial foram avaliados os resultados do início da segunda década do Processo de Bolonha e definidas as orientações políticas para o próximo período (2012-2020) conforme listado a seguir: a) investir no ensino superior para o futuro para redução dos índices de desemprego juvenil; b) fornecer ensino superior de qualidade para todos; c) aumentar a empregabilidade para atender às necessidades da Europa; d) fortalecer a mobilidade para

melhorar aprendizagem; e) melhorar a coleta de dados e transparência para apoiar os objetivos políticos, a fim de chegar a um acordo sobre as diretrizes comuns para a transparência até 2015.

Nesta perspectiva, depreende-se que os principais objetivos do Processo de Bolonha são: a) desenvolver títulos que sejam comparáveis e compreensíveis para os estudantes e os empregadores do mundo inteiro; b) estabelecer uma estrutura comum de títulos em três ciclos, sendo o primeiro relevante para o mercado de trabalho; c) estabelecer um sistema comum de transferência créditos e validação de estudos e d) desenvolver a mobilidade interna e externa de estudantes, professores e pesquisadores.

A Declaração de Bolonha propôs, então, as seguintes estratégias a fim de alcançar os quatro objetivos supracitados: a) desenvolver programas de mobilidade; b) estabelecer mecanismos de cooperação entre as instituições de educação superior como garantia da qualidade e c) promover a dimensão europeia da educação superior. Em outras palavras, o Processo de Bolonha visa a criação de uma estrutura cíclica de estudos, assim como um sistema de crédito comum, para proporcionar um atrativo internacional da educação superior europeia e a adequação da educação às necessidades reais da sociedade, melhorando assim a empregabilidade. Para a sua implementação, reconhece-se a necessidade de promover mais três pontos: a aprendizagem ao longo da vida; a atratividade do EEES e o envolvimento dos estudantes na gestão das Instituições de Ensino Superior.

A arquitetura da educação superior europeia, então, ficou distribuída em regime de três ciclos, o primeiro é composto dos bacharelados gerais com duração de três anos – funcionando como etapa prévia do ciclo seguinte, de caráter terminal, porém não profissional; o segundo ciclo são cursos profissionais divididos em Master 1 Acadêmico – com duração de um a dois anos - pré-requisito para o nível superior do ciclo seguinte e o Master 2 Profissional (MBA, MEd) ou graduação profissional voltado para as nova áreas tecnológicas e serviços (parecido com a especialização no Brasil) e, por fim, o terceiro ciclo que é o doutorado de pesquisa, com duração de três a quatro anos.

Pode-se dizer que o Processo de Bolonha conseguiu implementar seus objetivos e metas definidos? Pode-se afirmar que o EEES foi implantado harmonicamente por toda Europa?

Objetivando responder a estas questões, observa-se que trata-se de um processo muito abrangente, todavia ainda em fase experimental, visto que algumas metas encontram-se

implantadas, como a estruturação do sistema de transferência de créditos e a emissão de suplemento ao diploma, entretanto, a estruturação do ensino superior em ciclos e a garantia da qualidade ainda estão em curso. Embora em países como a Noruega e Suíça as metas já tenham sido atingidas, há outros países como a Espanha que não se encontra no mesmo nível de implantação dos objetivos de Bolonha. Inclusive, dentro do mesmo país, instituições de ensino superior estão em níveis diferenciados de implementação das premissas do Processo de Bolonha.

Contudo, se por um lado, o modelo de regime de ciclos apresenta alguns pontos positivos, tais como: flexibilidade das estruturas curriculares - face à sua estrutura modular permitir alterações durante o curso; reduz a evasão escolar; evita que o estudante decida de forma precoce sua profissão; proporciona a integração da graduação e pós-graduação; oferece formação interdisciplinar, assim como a padronização internacional, com o reconhecimento dos títulos acadêmicos internacionalmente. Por outro, há algumas críticas ao processo visto que este foi conduzido por dirigentes políticos e não pela comunidade universitária, priorizando a diversidade e a competitividade, a adaptação da formação para o mercado de trabalho e a mobilidade acadêmica tanto horizontal como vertical. Além disso, ainda pairam dúvidas entre os empregadores sobre o nível de preparação do bacharel egresso do primeiro ciclo por considerar sua qualificação insuficiente. Além disso, devido à redução da carga horária nessa formação dos bacharéis, impondo ao estudante a continuar seus estudos no mestrado de alto custo, mesmo aquele que não vislumbra a carreira acadêmica, e, os que já eram licenciados no sistema anterior a Bolonha, sentem-se prejudicados, pois, embora tenham estudado por cinco anos, seu curso se equivale ao primeiro ciclo do modelo de ensino superior atualmente em vigor.

Em suma, há os que interpretam que o Processo de Bolonha traz aspectos positivos, por conseguinte haverá também aqueles que apontam as críticas e obstáculos a sua implementação.

Neste cenário de reformas e mudanças no sistema de educação superior no mundo contemporâneo, como tem se processado a reforma do ensino superior nas universidades brasileiras? Será a reestruturação do modelo acadêmico da UFBA uma “re-forma” do que já existe ou uma “trans-formação” do modelo existente?

A reestruturação da arquitetura curricular da Universidade Federal da Bahia

A UFBA, assim como as demais IFES, é uma autarquia, tem seu financiamento de origem pública e, conforme o Memorial da Universidade Nova: UFBA 2002-2010 (UFBA, 2010), até 2008, oferecia à sociedade um único modelo de curso de graduação, baseado nos velhos moldes europeus, surgido no início do século XIX na França, que mantém uma única via para a carreira acadêmica – por meio de cursos regulares de formação específica, tais como direito, medicina, pedagogia, dentre outros de formação tradicional, juntamente com uma série de componentes curriculares voltados linearmente para uma área de conhecimento acadêmico.

Entretanto, face ao processo de globalização, interdisciplinaridade e de multiculturalismo; à desprofissionalização do trabalho, ao ciclo de desenvolvimento econômico e social sustentado, à centralidade da tecnologia, assim como à revalorização do Estado enquanto nação, há algumas décadas, países mais desenvolvidos como o Canadá, Estados Unidos e outros, já adotam outras formas de ensino superior, como o bacharelado interdisciplinar, sem uma formação específica, baseado na cultura geral a fim de formar indivíduos e cidadãos para o mundo. Postura já adotada, atualmente, na Europa por meio do Processo de Bolonha.

A partir do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) proporcionou à UFBA, desde 2008, um processo de crescimento e inovações, mediante a criação de dez novos Cursos de Progressão Linear no vestibular de 2009 relacionados a seguir, além dos já existentes até 2008:

Campus Salvador: Biotecnologia; Engenharia da Computação; Engenharia de Controle e Automação; Engenharia de Produção; Gastronomia; Estudos de Gênero e Diversidades; Música Popular; Saúde Coletiva; Serviço Social e Zootecnia.

Campus Barreiras: Engenharia Civil; Licenciatura em Matemática; Licenciatura em Física e Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia.

Campus Vitória da Conquista: Biotecnologia e Ciências Biológicas

Segundo consta em UFBA (2010), em 2008, a reestruturação da graduação criou o Curso Superior de Tecnologia: Gestão Pública e Social (50 vagas), uma modalidade que não existia na UFBA, o qual concederá a formação de tecnólogo, e os BI⁴, além da ampliação do número de vagas dos Cursos de Progressão Linear (245 vagas) já existentes, assim distribuídas: Campus Salvador: Ciência da Computação (10); Ciências Sociais (20); Enfermagem (20); Farmácia (20); Engenharia Civil (20); Engenharia Elétrica (10);

Engenharia Mecânica (10); Engenharia Química (10); Engenharia Sanitária e Ambiental (05); Estatística (20); Fonoaudiologia (10); Geofísica (15); Nutrição (20); Oceanografia (05); Psicologia (10) e Medicina Veterinária (10).

O REUNI também proporcionou a ampliação para setentas de vagas noturnas nos seguintes cursos: Arquitetura e Urbanismo (45); Arquivologia (45); Ciências Contábeis (50); Direito (200); Farmácia (45); Licenciatura em Ciências Biológicas (45); Licenciatura em História (45); Licenciatura em Letras Vernáculas (45); Licenciatura em Língua Estrangeira – Espanhol/Inglês (90); Licenciatura em Matemática (45) e Licenciatura em Química (45), todos os cursos já existentes.

Conforme consta no Projeto Pedagógico dos BI, com o REUNI, a UFBA criou quatro cursos de BI nas áreas descritas a seguir:

A UFBA oferece quatro cursos de BI, em cada um dos seguintes campos: a) Artes b) Ciência e Tecnologia, c) Humanidades, e d) Saúde. Todos os BI são estruturados de forma similar em cinco Eixos Curriculares: Eixo das Linguagens, Eixo Interdisciplinar, Eixo da Orientação Profissional, Eixo de Formação Específica, e Eixo Integrador. Todos os Eixos são cursados em paralelo, e são distribuídos em uma duração mínima de 6 semestres. A estrutura curricular dos BI divide os cursos em duas etapas: Etapa da Formação Geral – correspondente aos três primeiros semestres do curso, e Etapa da Formação específica – correspondente aos três últimos semestres. (IHAC, 2011)

A partir de 2009, a UFBA passou a ser organizada em regime de ciclos e módulos. O primeiro ciclo de formação geral, estruturado em Bacharelados Interdisciplinares e o segundo estruturado na formação acadêmica e profissional. Entretanto, esta arquitetura restringe-se aos estudantes oriundos dos BI que podem tanto seguir para os cursos de progressão linear como seguir diretamente para a pós-graduação.

De acordo com o artigo 5º da Resolução 02/2008 do CONSEPE [Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão], o novo regime de formação estrutura-se em dois ciclos. O primeiro ciclo propicia formação universitária geral, como pré-requisito para progressão aos ciclos de formação profissional naqueles cursos que evoluírem para o regime de ciclos. O Segundo Ciclo contempla formação específica, encurtando a duração dos atuais cursos e focalizando as etapas curriculares de práticas profissionais. (UFBA, 2008, p.4)

Tal modificação curricular pretendeu fornecer a Universidade um modelo mais dinâmico e atraente.

[...] Trata-se de uma estrutura modular, interdisciplinar, flexível e progressiva, com garantia de mobilidade intra e interinstitucional. . (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008, P.200)

Nesta perspectiva, a arquitetura curricular acadêmica da UFBA alinha-se ao Processo de Bolonha com um primeiro ciclo de formação geral para os alunos dos BI, de caráter terminal, porém não profissional, o qual evita a escolha precoce da carreira, permite a integração da graduação e pós-graduação; oferece uma formação interdisciplinar, assim como a padronização internacional por meio de regime modular por ciclos. Contudo os CPL seguem os moldes da universidade vocacional. O desenho curricular por ciclos já ocorre no Brasil, na Universidade Federal do ABC e em outras doze IFES face à adesão das mesmas ao REUNI, nos Estados Unidos desde 1910 e na Europa com o Processo de Bolonha. Na Oceania e Sudeste Asiático adotou-se um modelo similar, na América Latina, os países que já fizeram a reforma no ensino superior como Cuba e México, começaram a adotar os chamados *pre-grado* como primeiro ciclo.

Em suma, qualquer proposta de uma nova estrutura acadêmica para a Universidade brasileira deve superar os problemas apontados, resultando em um modelo capaz de integrar os diversos sistemas de títulos, de preferência compatível com ou, pelo menos, equivalente aos modelos vigentes nos espaços universitários internacionais, em especial o Processo de Bolonha, sem no entanto significar submissão a nenhum deles. (UFBA, 2008, p.12)

Em seu estatuto, a UFBA prioriza a formação de profissionais altamente qualificados e cidadãos responsáveis capazes de atender às necessidades da sociedade atual, fornece oportunidades para o ensino superior e a educação continuada, cria e dissemina conhecimentos mediante a pesquisa e extensão, contribuindo para o desenvolvimento social, cultural e econômico da comunidade interna e externa. (UFBA, 2000)

Todavia, a reforma da UFBA de 2008 proporcionou a reestruturação curricular possibilitando uma formação acadêmica menos especializada com ênfase na formação humanística, ausente até então nos currículos existentes, e a ampliação da oferta dos cursos de graduação - sendo ela a única IFES no país a oferecer quatro cursos de BI; permitiu a implantação de cursos de progressão linear noturnos; a recriação e ampliação dos programas da pós-graduação, a contratação de quadros docentes e a recuperação do financiamento por meio do REUNI.

Assim, o BI surge como um curso de formação universitária de caráter interdisciplinar, com terminalidade própria e que servirá tanto para a formação profissional de graduação como para formação científica, humanística ou artística de pós-graduação. Um modelo que possa integrar diversos sistemas de títulos equivalentes e/ou compatíveis aos modelos internacionais, porém sem submissão a nenhum outro sistema de educação superior.

Entretanto, com a reestruturação de ensino superior na UFBA, esta se tornou a única universidade brasileira a possuir dois modelos de formação acadêmica funcionando paralelamente: a) o estudante ingressa diretamente no BI como primeiro ciclo e pode seguir para um CPL afim ou diretamente para a pós-graduação como o segundo ciclo; a outra forma é o estudante ingressar diretamente no CPL.

Tais modelos de formação acadêmica funcionam harmonicamente dentro da UFBA? Será possível a fusão dos mesmos a fim de que a universidade realmente possa ter de forma uníssona currículos mais flexíveis, voltados para formação científica, com ênfase humanística e mit (**multi/inter/trans**) disciplinar do conhecimento, formando cidadãos críticos com efetiva inclusão social? Como se processa a passagem dos egressos dos BI para os CPL? Qual é o real desenho da UFBA neste momento?

Universidade Nova: universidade (re)formada

As perguntas são provocativas, porém com o intuito de refletir acerca da implantação da reestruturação da arquitetura curricular da UFBA por meio do REUNI, na qual se prospectou os cursos de BI com a seguinte concepção: mitdisciplinaridade, dialogismo, intersubjetividade, articulação prática e teoria na experiência, flexibilidade e atualização, formação nas três culturas – humanística, científica e artística -, autonomia e escolha do campo profissional, graduação em dois ciclos e articulações internacionais.

De acordo com o Projeto Pedagógico dos Bacharelados Interdisciplinares (2008), as competências e habilidades genéricas e específicas dos BI foram baseadas nas do Projeto *Tuning* – América Latina que é um consórcio composto de sessenta e duas universidades latino-americanas, incluindo as brasileiras, inspirado no Projeto *Tuning* do Processo de Bolonha, a fim de ampliar as formas de reconhecimento das titulações:

[...] Inspirados no Projeto Tuning do Processo Europeu de Bolonha, travou-se um diálogo para troca de informações e para melhorar a colaboração entre essas instituições de educação superior, favorecendo o desenvolvimento da qualidade, da efetividade e da transparência no intuito de identificar tanto competências genéricas proporcionadas pela educação superior como competências específicas relacionadas às ocupações. Esses pontos comuns identificados surgiram da necessidade de alargar os canais destinados ao reconhecimento das titulações na região e com outras regiões do planeta.[...](UFBA, julho/2008, p. 23)

Dentro desta perspectiva, o estudante egresso dos BI terá seus estudos reconhecidos no âmbito nacional e internacional, ou seja, graduação em dois ciclos e articulações

internacionais, segundo prospectado na concepção do Projeto Pedagógico dos Bacharelados Interdisciplinares, conforme transcrito a seguir:

O egresso do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades deverá ser um indivíduo capaz de realizar leituras abrangentes, sensíveis e críticas da realidade social e do ambiente em que se encontra inserido. Além disso, deverá enfrentar as exigências do mundo do trabalho no desempenho de ocupações diversas que mobilizem, de modo flexível, conhecimentos, competências e habilidades de distintos campos do conhecimento. (UFBA, julho/2008, p. 24)

Por conseguinte, parece oportuno refletir sobre alguns cenários que têm se desenhado dentro da UFBA a partir das resistências e reações para implantação do BI:

- a) a relação quantidade de vagas solicitadas semestralmente aos colegiados dos cursos das outras unidades universitárias para os estudantes do Instituto de Humanidades Artes e Ciências e a quantidade de vagas deferidas por esses colegiados não atendem satisfatoriamente às demandas dos cursos do IHAC;
- b) os critérios de passagem do BI para o CPL face à crescente demanda que ocorrerá com as próximas turmas de egressos, visto que a passagem não é automática depende da existência da vaga;
- c) quanto ao aspecto da internacionalização da universidade, no que diz respeito aos pré-requisitos para intercâmbio acadêmico constantes no Regulamento de Ensino de Graduação da UFBA, dificultam que o egresso BI e recém ingresso no CPL possa de imediato participar de programa de intercâmbio por meio da sua Assessoria para Assuntos Internacionais.

Dentro desta perspectiva, a Universidade Nova é a universidade antiga reformulada para introduzir os BI, o Cursos Superior de Tecnologia (CST), porém sem haver efetivamente a articulação dos CPL e da pós-graduação entre si, juntamente com os BI, CST e vice-versa, preservando ainda fortemente o seu perfil de universidade vocacional.

Considerações Finais

O Processo de Bolonha, apesar de, inicialmente tratar-se de uma proposta construída a partir de um acordo entre nações europeias, hoje tem impactado não só os países da Europa como outras nações. Observam-se os reflexos do Processo de Bolonha na reestruturação interna da UFBA e nas IFES no Brasil que foram viabilizados por meio do REUNI o qual proporcionou a implantação e ampliação da cobertura dos cursos de graduação e de pós-graduação oferecidos pelas IFES à sociedade e a Universidade Nova na UFBA.

Embora a UFBA tenha re-formado sua estrutura curricular, hoje possuindo duas modalidades de ingresso: o estudante que ingressa diretamente no BI como primeiro ciclo e pode seguir para um CPL afim ou diretamente para a pós-graduação como o segundo ciclo e aquele estudante que ingressa diretamente no CPL. Na implantação do BI na UFBA, em 2009, a forma de ingresso era por meio de vestibular, um ano depois, passou a ser realizada pelo Exame Nacional do Ensino Médio e, a partir de 2013, o ingresso no CPL ocorrerá em duas etapas, sendo a primeira por classificação no Exame Nacional do Ensino Médio e a segunda fase por meio de provas realizadas pela UFBA. Deste modo, há de certa forma um alinhamento ao Processo de Bolonha, visto que o ingresso no primeiro ciclo nas universidades europeias também se processa por meio de exame nacional.

Ainda dentro deste contexto, o Processo de Bolonha tem servido como mola propulsora para que as instituições acadêmicas possam se internacionalizar e avaliar a indução da sua internacionalização acadêmica com vistas ao reconhecimento dos estudos realizados no exterior. Assim, a universidade vista como produtora de conhecimento, desenvolvimento de pesquisa e inovação científica é por natureza internacional, pois o conhecimento é universal e precisa ser compartilhado. Sob esta perspectiva, na concepção do Projeto Pedagógico dos BI da UFBA prospecta-se articulações internacionais, assim como também a ampliação das formas de reconhecimento das titulações.

Desta maneira, a internacionalização universitária como troca de conhecimento científico, de tecnologia e de inovação com sistemas educacionais mais competitivos, deixa o país mais atrativo à mobilidade dos cidadãos, à empregabilidade e mais preparado para formar cidadãos mais competitivos e mais aptos para os desafios do milênio. Nesta conjuntura, a UFBA e as demais universidades federais brasileiras precisavam tornar sua arquitetura curricular mais atrativa, ágil e flexível, principalmente no que tange à harmonização curricular e à flexibilidade de conteúdos, que possibilitarão aos egressos do primeiro ciclo a possibilidade de ingressar imediatamente no mercado de trabalho ou continuar seus estudos no segundo ciclo, migrando diretamente para os cursos de progressão linear ou ingressando na pós-graduação.

Embora o Processo de Bolonha não se restrinja apenas aos BI, este é um dos reflexos de Bolonha mais presente no novo desenho curricular da UFBA. Entretanto, a UFBA precisa ampliar o processo de ingresso por meio dos BI a fim de deixar de ser experimento e se configurar como modelo único dentro da universidade.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Universidade da Universidade Federal da Bahia. Especialista em Administração pelo Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia. Bacharela em Língua Estrangeira/Inglês pela Universidade Federal da Bahia. Licenciada em Letras Vernáculas com Língua Estrangeira/Inglês pela Universidade Católica do Salvador. Gerente de Intercâmbio da Assessoria para Assuntos Internacionais da Universidade Federal da Bahia. Email: cmuniz@ufba.br, caemuniz@gmail.com.

² Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor Adjunto do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (EISU/UFBA). Grupo de pesquisa: Labmundo Bahia – Laboratório de Análise Política Mundial. Linha de pesquisa: Globalização, desenvolvimento e novos atores do sistema-mundo contemporâneo. Email: josesacchetta@gmail.com

³ Em 1999, os ministros de educação dos países membros da educação dos países membros da União Européia assinaram um grande tratado internacional, conhecido como a Declaração de Bolonha, em que se comprometeram a implantar, até 2010, compatibilidade plena entre os seus sistemas universitários. Esse acordo marcou o lançamento do chamado Processo de Bolonha, que tem desencadeado uma gigantesca e complexa reforma universitária em todos os países signatários e aderentes (já totalizando 46 nações) no sentido de adotar princípios e critérios comuns e compartilhados de creditação, avaliação, estruturas curriculares e mobilidade estudantil na esfera da educação superior. (UFBA, 2007, p. 5)

⁴ O BI é um curso de graduação universitária interdisciplinar, com terminalidade própria, que habilita o estudante para atuar no setor público, no segmento empresarial e no campo não-governamental associativo, podendo também servir como requisito para a formação profissional de graduação (em outros cursos da própria Universidade), além da formação científica, humanística ou artística de pós-graduação. (IHAC, 2011)

Referências

BASTOS, C. C. B. C. O Processo de Bolonha no Espaço Europeu e a Reforma Universitária Brasileira. In: ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.9, n. esp., p.95-106, dez. 2007 – ISSN: 1676-2592

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases). Disponível em: <<http://www.portal.ufba.br/conheca/legislacao/conheca/legislacao/LDB/conheca/legislacao/LDB/ldb2>>. Acesso em: 1 out. 2011.

EIRAS, A. de L. Os Intercâmbios Institucionais entre alunos de Graduação e sua Importância nas Políticas de Regionalização Universitária. In: Políticas Educativas, Campinas, v. I, n. 2, p. 35-46, jul. 2008 – ISSN 1982-3207.

KRAWCZYK, N. R. As Políticas de Internacionalização das Universidades no Brasil: O caso da regionalização no MERCOSUL. In: Políticas Educativas, Campinas, v. I, n. 2, p. 1-18, jul. 2008 – ISSN 1982-3207

LIMA, L. C.; AZEVEDO, M. L. N.; CATANI, A. M. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a *Universidade Nova*. In: Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), Sorocaba, SP, vol.13 no.1, mar. 2008.

MORGADO, J. C. Processo de Bolonha e Ensino Superior num Mundo Globalizado. In: Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 106, p. 37-62, jan./abr. 2009.

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – Conceitos e práticas. In: Educar, Curitiba, nº 28, p. 107-120, Editora UFPR.

NOGUEIRA, M. A, AGUIAR A.M. de S.; RAMOS, V.C.C. Fronteiras desafiadas: a internacionalização das experiências escolares. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302008000200004&script=sci_arttext&tlng=es> Acesso em: 07 out. 2011.

OFFICIAL BOLOGNA PROCESS WEBSITE (BOLOGNA PROCESS – EUROPEAN HIGHER EDUCATION AREA). Bologna Process Documents. Disponível em: <<http://www.ehea.info>>. Acesso em 24 Out. 2011.

PORTUGAL. Ministério da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior. Sítio Oficial da Direcção Geral do Ensino Superior. **Processo de Bolonha**. Lisboa. Disponível em: <<http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Processo+de+Bolonha/>>. Acesso: 28 nov. 2011.

ROBERTSON, S L. **O processo de Bolonha da Europa torna-se global: modelo, mercado, mobilidade, força intelectual ou estratégia para construção do Estado?** In: Revista Brasileira de Educacao v. 14 n. 42 set./dez. 2009. Tradução: Alfredo Macedo Gomes e Roderick Somerville Kay.

SAKATA, M.C.G.; BACCEGA, M.A.; ALVES, S.R.P.; Riccio, E.L. - atsie.com. **A globalização do sistema de ensino superior: O “Mercado” Educacional.** Disponível em: <http://www.atsie.com/Portals/4/artigos/A%20globaliza%C3%A7ao%20do%20sistema%20de%20ensino%20superior-%20o%20mercado%20educacional.pdf>> Acesso em: 10 out. 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa e ALMEIDA FILHO, Naomar. **A Universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: Almedina, 2008.

SGUISSARDI, W.; FRANCO, M. E. Dal P.; MOROSINI, M. C. **Internacionalização, Gestão Democrática e Autonomia Universitária em Questão**. In: INEP/MEC, p. 1-54, Brasília, 2005.

SIEBIGER, R. H. **O Processo de Bolonha e os Novos Espaços Transnacionais de Educação Superior Latino-americanos: A universidade brasileira em movimento** In: Cadernos PROLAM/USP (Ano 9 — Vol. 2 — 2010) p. 119-135.

STALLIVIERI, L. **Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras**. Caxias do Sul: Educ, 2004.

TIFFIN, John; RAJASINGHAM, Lalita. **A Universidade Virtual e Global**. Tradução de Vinícius Figueira, Porto Alegre, Artmed. 2007, 216p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Política de mudança e desenvolvimento no ensino superior/Unesco**; (tradução e revisão Laura A. Ferratini Fusaro) Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Estatuto**. Maio/2000.

_____. **Memorial da Universidade Nova: UFBA 2002-2010**. Salvador, Editora da UFBA, 2010.

_____. **Projeto Pedagógico dos Bacharelados Intersdisciplinares**. Elaborado por Alessandra Pimentel, Antonio Albino Rubim, Antonio Virgílio Bastos, Marcelo Embiruçu, Maerbal Marinho, Márcia Nery, Márcia Pontes, Naomar de Almeida Filho. Salvador, julho/2008.

_____. **Regulamento do Ensino de Graduação**. Câmara de Ensino de Graduação, Salvador, Bahia, 2005.

_____. **Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) nº 01/04**, Salvador, 2004.

_____. **Sítio da Assessoria para Assuntos Internacionais**. Disponível em: <<http://www.aai.ufba.com.br/index.cfm?lang=pt>>. Acesso em: 1 nov.2011.

_____. **Sítio do IHAC.** Projeto BI. Disponível em:
<<http://www.ihac.ufba.br/portugues/projeto-pedagogico-bi/>> Acesso em: 10 nov.2011.

WIELEWICKI, H.G.; OLIVEIRA, M.R. **Internacionalização da educação superior: Processo de Bolonha.** In: Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n.67, p. 215-234, abr./jun. 2010.